



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA	28. JAN. 1980	CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Conselho de Ministros intransigente

Moralizar a Administração Pública

No final da reunião extraordinária, efectuada no sábado, do Conselho de Ministros, foi distribuído o mais longo comunicado dos plenários realizados até agora, saldando-se o seu conteúdo numa linha de orientação fundamental: moralização da administração pública. Para tanto, abriam-se duas frentes distintas mas complementares, que se situam no propósito de acelerar os trabalhos e eventualmente extinguir as comissões de inquérito que pulsam nos Ministérios, na redução dos gastos do próprio Estado.

Em relação ao primeiro aspecto, no documento divulgado começa-se por considerar na sua primeira resolução "que uma sã prática corrente na vida administrativa portuguesa, deixar prolongar, indelicadamente, ou não exigir que sejam concluídos os inquéritos em favor em consequência de situações irregulares ou morais defectivas, e as averiguações indefinidas em consequência de desastres, sinistros ou calamidades naturais produzidas ou agravadas por erros humanos ou negligência e mau funcionamento dos serviços públicos".

Neste sentido, o Governo resolveu dar um prazo de trinta dias a todas as secretarias-gerais, direcções-gerais e inspecções-gerais, bem como aos restantes serviços e organismos do Estado ou dependentes da tutela do Governo, incluindo empresas públicas, para que enviem aos respectivos ministros uma nota sumária e todos os inquéritos, sindicâncias, averiguações e processos administrativos de natureza semelhante, não exclusivamente individuais que se encontrem pendentes.

Nos trinta dias seguintes, lê-se mais adiante, os minis-

tros competentes adoptarão todas as providências que forem necessárias para acelerar o andamento dos processos ou para os concluir e tomar as decisões finais que se imponham. Também as comissões e grupos de trabalho criados serão alvo de listagem a elaborar no prazo de trinta dias, tomando os ministros competentes nos trinta dias subsequentes as decisões que tiverem por convenientes para acelerar a conclusão das tarefas cometidas às comissões e grupos de trabalho, para lhes reduzir o custo de funcionamento ou para os extinguir, pura e simplesmente.

Por outro lado, a seguinte frente agora aberta, depois de vários considerandos — como o de que são excessivas as despesas decorrentes do Estado — o Conselho de Ministros resolveu reduzir ao mínimo indispensável as viagens ministeriais e as

deslocações, em missão oficial, de funcionários e servidores do sector público, também para fora do País. No prazo de 60 dias serão entretanto submetidas a reexame todas as normas legais ou regulamentares e todos os usos e praxes que atribuem transporte gratuito, ou a preço reduzido, em empresas públicas nacionais, a membros do Governo ou a funcionários públicos e demais agentes do sector público em viagens de carácter particular.

Diversas medidas foram igualmente adoptadas no que diz respeito ao parque automóvel do Estado e dos Institutos e empresas públicas dele dependentes, tendo sido agravadas as penalidades aplicáveis à utilização abusiva ou irregular de viaturas oficiais. Já a terminar anuncia-se no que o Ministério das Finanças e do Plano e a Secretaria de Estado da

Reforma Administrativa prepararão também no prazo de trinta dias as medidas necessárias ao reforço do controlo das admissões de novos funcionários e para uma melhor gestão dos recursos humanos existentes na administração pública.

Finalmente, revela-se que o vice-primeiro-ministro e o ministro das Finanças estudarão e proporão ao Conselho de Ministros a adopção de outras providências que repute adequadas à racionalização e moralização dos gastos públicos e à redução das despesas públicas correntes, explicitando-se várias hipóteses que se situarão no melhor aproveitamento da "máquina" existente e na redução de encargos supérfluos.

FA "ESCAPAM" ÀS MALHAS DO EXECUTIVO

Em conferência de Imprensa, que se seguiu ao plenário, Freitas do Amaral, Cavaco Silva e Álvaro Barreto esclareceram alguns pontos perante os jornalistas presentes. O vice-primeiro-ministro revelou, então, que as medidas adoptadas sobre austeridade não dizem respeito às Forças Armadas porque o Governo não tem competência para se pronunciar a seu respeito. Quanto ao provável afastamento de Maria de Lurdes Pintassilgo da representação de Portugal na UNESCO, o ministro dos Negócios Estrangeiros apenas respondeu que apresentará uma proposta a Sa Carneiro, que este aprovou. Aguarda agora que o Presidente da República se pronuncie sobre a mesma.

Um imediato aumento dos combustíveis mereceria de Álvaro Barreto ministro da Indústria, o esclarecimento de que pedira ao Governo orientação sobre as linhas gerais de futura implementação dos preços, só depois podendo ser anunciados os reajustamentos que certamente serão feitos. Já Sousa Franco tinha, de resto, afirmado quando ministro das Finanças que esses preços seriam forçosamente reajustados no primeiro trimestre deste ano. O titular da Indústria lembrou, também, que a factura do petróleo será, em 80, de 120 milhões de contos, contra 60 do ano passado. Por seu turno, Cavaco Silva limitou-se a reafirmar a linha de combate aos gastos supérfluos ao nível da administração pública.